

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

**RECURSO :**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

A empresa INVISTA BUSINESS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, inscrita sob CNPJ de Nº 16.820.967/0001-50, com sede à Rua Praia das Gaivotas, nº. 310, Lote 35, Quadra 415, Sala 01, Vilatur, Saquarema RJ, CEP: 28.992-152, neste ato representada por seu representante legal PAULO FERNANDO DA SILVA SOUZA, portado do CPF Nº 112.040.647-17, vem, tempestivamente, perante o ilustríssimo Sr. Pregoeiro, apresentar:

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

Contra decisão da CPL – Comissão Permanente de Licitação, em manter a proposta empresa M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, na condição de aceito e habilitado, para os itens 1 ao 7, sendo:

1. Os preços ofertados na etapa de lances são inexecutáveis, não compatíveis com um produto original, entende-se como uma tinta original, aquele fabricado pelo próprio fabricante do equipamento
2. Houve falta de zelo ao aceitar e habilitar a proposta da empresa, uma vez que apresentou Balanço Patrimonial e DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, com valores de Receitas e Aquisição de mercadorias R\$ 0,00 (Zerados), o que caracteriza que a empresa nunca realizou uma atividade comercial de compra e venda;
3. A empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica, emitido por empresa de direito privado, de forma duvidosa, uma vez que o Balanço Patrimonial e DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, foram apresentados com valores de Receitas e Aquisição de mercadorias R\$ 0,00 (Zerados), caracterizando que empresa não realizou nenhuma compra e venda de mercadorias.

**I. FATOS:**

De forma sucinta e objetiva, trata-se o processo licitatório realizado no município de Saquarema/RJ, que tem como objeto "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de suprimentos de informática (toners) para impressoras para atender as necessidades das unidades escolares, creches e da sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia do Município de Saquarema/RJ", ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº 002/2023.

**II. DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA:**

**ITEM 01:**

VALOR EESTIMADO: 228,69  
VALOR OFERTADO: 68,53  
% REDUÇÃO: 70,03%

**ITEM 02:**

VALOR EESTIMADO: 228,69  
VALOR OFERTADO: 92,60  
% REDUÇÃO: 59,51%

**ITEM 03:**

VALOR EESTIMADO: 507,36  
VALOR OFERTADO: 28,90  
% REDUÇÃO: 94,30%

**ITEM 04:**

VALOR EESTIMADO: 170,72  
VALOR OFERTADO: 42,00  
% REDUÇÃO: 75,22%

**ITEM 05:**

VALOR EESTIMADO: 439,84  
VALOR OFERTADO: 28,90  
% REDUÇÃO: 93,43%

**ITEM 06:**

VALOR EESTIMADO: 239,08  
VALOR OFERTADO: 47,90  
% REDUÇÃO: 79,96%

**ITEM 07:**

VALOR EESTIMADO: 103,48  
VALOR OFERTADO: 23,20



Vejamos acima que os preços ofertados pela M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, estão com redução em todos os itens superiores a 70%, o que necessita uma diligência pela Comissão de Licitação dos preços ofertados, através de notas fiscais de compra e venda.

Vale novamente destacar, que existe uma forte indicação de tal possibilidade da apresentação de notas fiscais de entradas e saídas, ser impossível, uma vez que apresentou Balanço Patrimonial e DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, com valores de Receitas e Aquisição de mercadorias R\$ 0,00 (Zerados), o que caracteriza que a empresa nunca realizou uma atividade comercial de compra e venda.

Cabe dizer que a mera afirmação via chat de que os produtos são originais não prova, nem garante sua legitimidade.

Conforme item 10.3 do Edital, "qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita".

O Decreto Federal nº 5.450/05, que cuida do pregão eletrônico, da mesma forma, dispõe:

"Art. 25 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital."

### III. DO BALANÇO PATRIMONIAL E DRE - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

A empresa apresentou Balanço Patrimonial e DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, com valores de Receitas e Aquisição de mercadorias R\$ 0,00 (Zerados), o que caracteriza que a empresa nunca realizou uma atividade comercial de compra e venda (conforme Balanço Patrimonial e DRE anexos ao processo pela empresa MFC).

A empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica (conforme anexos ao processo pela empresa MFC), que possui afirmação de relação comercial de compra e venda, o que diverge das informações apresentadas nos relatórios contábeis.

A proposta da empresa não merece prosperar, uma vez que possa existir inverdades no Atestado de Capacidade técnica e relatórios contábeis.

### IV. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

A empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica, emitido por empresa de direito privado (conforme anexo ao processo licitatório, pela empresa M.F.C., de forma duvidosa, uma vez que o Balanço Patrimonial e DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, foram apresentados com valores de Receitas e Aquisição de mercadorias R\$ 0,00 (Zerados), caracterizando que empresa não realizou nenhuma compra e venda de mercadorias.

A promoção de diligência em face do atestado de capacidade técnica pode ter como finalidade tanto a complementação de informação ausente no documento como a confirmação da veracidade dos fatos nele descritos.

É importante ressaltar que a diligência pode ser feita junto à empresa ou ao emissor do atestado, ficando a cargo da comissão ou do pregoeiro decidir qual opção será mais rápida e segura.

Imagine, por exemplo, que há dúvida quanto à efetiva execução do objeto indicado no atestado. Nesse caso, em diligência, a administração poderia solicitar ao próprio licitante que apresentasse a cópia da nota fiscal de aquisição e venda relativa aquele fornecimento.

Atestado de Capacidade Técnica é o documento conferido por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado para comprovar o desempenho de determinadas atividades. Com base nesse documento, o contratante deve-se certificar que o licitante forneceu determinado bem, serviço ou obra com as características desejadas. 2. A diligência é uma providência administrativa para confirmar o atendimento pelo licitante de requisitos exigidos pela lei ou pelo edital, seja no tocante à habilitação seja quanto ao próprio conteúdo da proposta. 3. Ao constatar incertezas sobre cumprimento das disposições legais ou editalíssimas, especialmente as dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências, conforme o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para tomada de decisão da Administração nos procedimentos licitatórios.

### V. DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer ao Sr. Pregoeiro:

1. Que a empresa MFC seja notificada, para apresentação de suas contrarrazões, a fim de dar transparência ao processo licitatório;

2. Que a empresa apresente nota fiscal de entradas (aquisição de produto original) e saída, para comprovar exequibilidade, uma vez que a empresa MFC, reduziu seus preços na fase de lances, em todos os itens, em mais de 70% em comparação ao valor estimado;

3. Que seja feita diligência no documento Atestado de Capacidade Técnica, através de apresentação de nota fiscal de entrada e saída;

4. Que a empresa apresente os documentos de diligências, através do sistema Compras Net, a fim que seja visualizado por todos os participantes do processo licitatório;

5. Caso a empresa não apresente suas contrarrazões, que seja, o exposto desta petição, considerado procedente;

6. Que a empresa seja desclassificada, pelos seguintes ocorrências: Preço inexequível, falta de autenticidade do Atestado de Capacidade Técnica, por falta de emissão das notas fiscais de entradas e saídas e por incorreções no Balanço Patrimonial e DRE – Demonstração do Resultado do Exercício.

Sem mais,  
Pede deferimento.

Saquarema RJ, 31 de Outubro de 2023.

PAULO FERNANDO DA SILVA SOUZA  
CPF: 112.040.647-17  
SÓCIO ADMINISTRADOR

**Voltar**

**Fechar**





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## RECURSO ADMINISTRATIVO

**Requerente: INVISTA BUSINESS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**

**Referente ao Processo nº 12.485/2023**

**Pregão Eletrônico nº 002/2023**

Trata-se de **RECURSO contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2023**, interposto pela empresa **INVISTA BUSINESS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº.16.820.967/0001-50, com sede na Rua Praia das Gaivotas, nº 310, Lote 35, Quadra 415, Sala 01, Vilatur, Saquarema - RJ, CEP 28.992-152, neste ato representada por seu representante legal **PAULO FERNANDO DA SILVA SOUZA**, sócio administrador, portador do CPF nº 11.040.647-17, vem apresentar o Recurso Administrativo.

### I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*I (...)*

*XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 26/10/2023, conforme extrato publicado no Diário Oficial do Município, no dia 10/10/2023, encerrando-se na mesma data. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entroposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

## III. DA ANÁLISE

Trata-se o processo administrativo nº 12.485/2023 de pregão eletrônico para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de suprimentos de informática (toners) para impressoras para atender as necessidades das unidades escolares, creches e da sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia do Município de Saquarema/RJ

## I - DA ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE

**A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*“Vejamos acima que os preços ofertados pela M F C DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, estão com redução em todos os itens superiores a 70%, o que necessita uma diligência pela Comissão de Licitação dos preços ofertados, através de notas fiscais de compra e venda.”*

Continua a Recorrente *“Vale novamente destacar, que existe uma forte indicação de tal possibilidade de apresentação de notas fiscais de entrada e saída, ser impossível, uma vez que apresentou Balanço Patrimonial e DRE - Demonstração do resultado do Exercício, com valores de Receitas e Aquisição de mercadorias R\$ 0,00 (Zerados), o que caracteriza que a empresa nunca realizou uma atividade comercial de compra e venda. - Cabe dizer que a mera afirmação via chat de que os produtos são originais não prova, nem garante sua legitimidade.”*

### **Resposta ao Recorrente:**

Inicialmente cabe registrar que compete a Administração Pública por meio do pregoeiro, ao julgar as propostas do Pregão analisar os preços tendo como parâmetro o valor estimado da licitação. Ressalta-se que a proposta vencedora deverá atender às exigências do edital e ofertar o menor preço para que seja consagrada vencedora do certame.





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

A Lei Federal 8.666/93, em seu art. 48, inciso II, §1º, prevê a desclassificação de proposta contendo preços inexequíveis, assim considerados aqueles que “não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente” (MENDES, RENATO GERALDO)

Destina-se tal previsão a:

I - minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta de preços muito baixos, pode esta assumindo obrigação que não pode cumprir; e

II - tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

O Tribunal de Contas da União dispõe que: “A desclassificação por inexecuibilidade não se dará de forma sumária, em todos os casos será oportunizado ao licitante à comprovação da exequibilidade de preço ofertado, considerando aquele praticado no mercado”. (TCU - PLENÁRIO - ACÓRDÃO 1695/2019).

De acordo com o Supremo Tribunal de Justiça o entendimento é no sentido de que a interpretação do dispositivo não seja rígida, literal e absoluta. A presunção de inexecuibilidade, também para a jurisprudência, deve ser relativa, oportunizando ao licitante à demonstração da exequibilidade da proposta:

(...)

No mesmo sentido verifica-se o entendimento do TCU - “O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei nº 8.666/93 conduz uma presunção relativa inexigibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. (Acórdão 587/2012 - Plenário, Rel. Min. Ana Arraes)”

Resumindo, no entendimento do TCU a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de exequibilidade constitui falta grave, visto que os fatores externos que oneram a produção incidem de maneira diferente sobre cada empresa, a depender da situação empresarial, facilidades ou dificuldades que permeiam nas negociações.

Em conclusão, decide este Pregoeiro com base nos fundamentos acima apresentados que será acolhido o referido pedido, ou seja, decide a Comissão Especial de Pregão Eletrônico que será concedido ao licitante declarado vencedor a oportunidade de comprovação da exequibilidade da proposta, que deverá ser demonstrada via sistema, para apreciação dos demais concorrentes e possíveis argumentações, garantindo o contraditório e ampla defesa.



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## II - DO ALEGAÇÃO REFERENTE AO BALANÇO PATRIMONIAL E DRE

**A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*“A empresa apresentou Balanço Patrimonial e DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, com valores de Receitas e Aquisição de mercadorias R\$ 0,00 (Zerados), o que caracteriza que a empresa nunca realizou uma atividade comercial de compra e venda (conforme Balanço Patrimonial e DRE anexos ao processo pela empresa MFC).*

*A empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica (conforme anexos ao processo pela empresa MFC), que possui afirmação de relação comercial de compra e venda, o que diverge das informações apresentadas nos relatórios contábeis.*

*A proposta da empresa não merece prosperar, uma vez que possa existir inverdades no Atestado de Capacidade técnica e relatórios contábeis.*

### IV. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

*A empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica, emitido por empresa de direito privado (conforme anexo ao processo licitatório, pela empresa M.F.C., de forma duvidosa, uma vez que o Balanço Patrimonial e DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, foram apresentados com valores de Receitas e Aquisição de mercadorias R\$ 0,00 (Zerados), caracterizando que empresa não realizou nenhuma compra e venda de mercadorias.”*

### Resposta ao Recorrente:

Cabe registrar que a licitante *M F C DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA* se trata de sociedade unipessoal constituída em 27 de julho de 2023, conforme ato constitutivo e cadastrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em 07 de agosto de 2023, portanto as demonstrações contábeis da licitante trata-se somente de balanço de abertura, com demonstrações contábeis que refletem o período de 07/08/2023 a 31/08/2023.

Um balanço de abertura é uma demonstração financeira que apresenta a posição financeira de uma empresa no início de um período contábil. É uma parte crucial do processo de contabilidade e serve como a base para a elaboração de demonstrações financeiras precisas e confiáveis.

O balanço de abertura é elaborado no início de um período contábil, geralmente no início de um novo ano fiscal ou ao iniciar um novo negócio. Ele reflete os ativos, passivos e patrimônio líquido da empresa na data de abertura, fornecendo uma visão clara de sua posição financeira naquele momento.





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Os ativos incluem todos os recursos controlados pela empresa, como dinheiro, contas a receber, estoques, imóveis e veículos. Os passivos são as obrigações financeiras da empresa, como empréstimos, contas a pagar e diferentes tipos de dívidas. O patrimônio líquido é a diferença entre os ativos e os passivos e reflete o valor líquido da empresa.

Ao elaborar o balanço de abertura, é importante garantir que todos os valores sejam precisos e corretamente classificados de acordo com os princípios contábeis aceitos. Isso requer uma análise detalhada das informações financeiras disponíveis e uma revisão cuidadosa dos livros contábeis anteriores.

O balanço de abertura é usado como ponto de partida para todas as transações contábeis subsequentes. Todas as atividades financeiras da empresa são registradas e refletidas nas demonstrações financeiras subsequentes, como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração dos fluxos de caixa.

Ao longo do ano contábil, a empresa acompanha e registra mudanças nos ativos, passivos e patrimônio líquido, o que resulta em uma nova posição financeira no final do período contábil. Esses valores são então utilizados para elaborar o balanço de encerramento, que mostra a posição financeira final da empresa.

Em resumo, um balanço de abertura é uma demonstração financeira que retrata a posição financeira de uma empresa em um ponto específico do tempo, servindo como base para todas as transações contábeis subsequentes. É uma ferramenta importante para os contadores e administradores, permitindo uma análise precisa da saúde financeira de uma empresa e facilitando a tomada de decisões informadas.

Aceitar o balanço de abertura em licitação significa concordar e reconhecer a validade do balanço disponibilizado pela empresa concorrente no momento da abertura dos envelopes com as propostas. O balanço de abertura é um documento contábil que apresenta a situação patrimonial e financeira da organização em uma data específica, sendo importante para avaliar a capacidade econômica e financeira da empresa que está participando da licitação. Ao aceitar o balanço de abertura, a comissão responsável pela licitação considera a documentação apresentada como correta, permitindo que a empresa prossiga no processo de seleção.

Neste cenário, os argumentos do impetrante de que “caracteriza que a empresa nunca realizou uma atividade comercial de compra e venda (conforme Balanço Patrimonial e DRE anexos ao processo pela empresa MFC)” não merecem prosperar, pois o atestado de capacidade técnica apresentado é datado de 13 de setembro de 2023, portanto evento posterior as demonstrações contábeis de abertura apresentada pela sociedade unipessoal.

Visto que o atestado de capacidade técnica é nada mais que uma declaração feita por outra empresa ou órgão público que já tenha contratado a empresa fornecedora antes, garantindo que a licitante possui expertise técnica para execução do serviço objeto da licitação. No certame





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

aludido, o objeto é mero fornecimento, sem complexa relevância técnica para sua execução e considerando ainda, que o rol do Art. 27 da Lei 8.666/93 é taxativo, não vejo, neste momento, amparo nas alegações do recorrente para instauração de diligência quanto ao atestado de capacidade técnica apresentado, uma vez que tal solicitação pode transmutar-se em mero protelamento do procedimento licitatório.

### CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito acolho em parte o recurso apresentado.

Para fins de contraditório e ampla defesa dê-se deferimento à solicitação de comprovação de exequibilidade de proposta pela licitante vencedora *M F C DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA*, aprazando nova abertura de sessão pública com fim de saneamento dos questionamentos dos valores apresentados, devendo proceder com a comprovação da exequibilidade de sua proposta, por meio de documentação juntada ao certame.

Aprazo a reabertura de sessão deste pregão para o dia 21/11/2023 (vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três) às 10:00 (dez) horas.

Dê ciência da decisão à licitante vencedora e demais concorrentes e interessados da licitação.

Saquarema, 13 de novembro de 2023.

  
GUILHERME CASTRO  
Pregoeiro